

Cultura, Cidadania e Políticas Públicas 4



Alvaro Daniel Costa
(Organizador)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Alvaro Daniel Costa

(Organizador)

Cultura, Cidadania
e Políticas Públicas 4

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C968 Cultura, cidadania e políticas públicas 4 [recurso eletrônico] /
Organizador Alvaro Daniel Costa. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Cultura, cidadania e políticas públicas – v.4)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-080-3

DOI 10.22533/at.ed.803192501

1. Educação – Brasil. 2. Cidadania. 3. Políticas públicas –
Educação. 4. Prática de ensino. 5. Professores – Formação. I. Costa,
Alvaro Daniel.

CDD 323.6

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra *“Cultura , Cidadania e Políticas Públicas”* possui uma série de 84 artigos que abordam os mais variados temas nas áreas relacionadas a área de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e Educação.

O volume I é intitulado “cultura, políticas públicas e sociais” e mostra a diversidade de análises científicas em assuntos que vão desde uma análise sociocultural perpassando pelas questões socioeconômicas da sociedade brasileira e latino-americana.

Já o volume II intitulado *“educação, inclusão e cidadania- práticas pedagógicas na cultura educacional”* é inteiro dedicado a área educacional, com textos de pesquisadores que falam sobre uma educação inclusiva em assuntos como autismo, formação profissional nas mais diversas áreas dentro do espectro educativo, além de uma análise sobre os impactos da reforma do ensino médio e sobre lo direito fundamental à educação.

No terceiro volume o assunto é no que tange as *“práticas educacionais, mídia e relação com as políticas públicas e cidadania”* sendo esse volume uma continuidade dos artigos da parte II com artigos que falam sobre práticas pedagógicas, além de textos que trazem sobre assuntos da área comunicacional.

A quarta e última parte é intitulada *“cultura, literatura, educação e políticas públicas- questões multidisciplinares”* e possui uma versatilidade temática que vai da área literária e novamente sobre algumas práticas pedagógicas.

A grande diversidade de artigos deste livro demonstra a importância da análise de temas que dialogam com as práticas de políticas públicas, sejam através da área educacional, comunicação ou aquelas que analisam a sociedade a partir de um viés histórico, cultural ou até mesmo econômico.

Boa leitura!

SUMÁRIO

ÁREA TEMÁTICA CULTURA, LITERATURA, EDUCAÇÃO POLÍTICAS PÚBLICAS - QUESTÕES MULTIDISCIPLIARES

CAPÍTULO 1	1
FORMAÇÃO EM GESTÃO CULTURAL NO BRASIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	
Gabriel Medeiros Chati	
DOI 10.22533/at.ed.8031925011	
CAPÍTULO 2	16
A PERCEPÇÃO DE TRABALHADORES ITAJAIENSES SOBRE O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE CULTURA DO TRABALHADOR	
Ana Clara Ferreira Marques	
Maria Glória Dittrich	
DOI 10.22533/at.ed.8031925012	
CAPÍTULO 3	30
O EFEITO CRIATIVO: UM MODELO IDEAL DE DESENVOLVIMENTO GLOBAL?	
Victor Moura Soares Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.8031925013	
CAPÍTULO 4	45
THE UNBEARABLE UNCERTAINTY OF LIVING: ULRICH BECK'S COSMOPOLITAN ITINERARY FOR A WORLD AT RISK	
Bruno Paulo Castendo Rego	
DOI 10.22533/at.ed.8031925014	
CAPÍTULO 5	58
A UTILIZAÇÃO DO <i>GOOGLE CLASSROOM</i> NA MONITORIA DE GEOGRAFIA AGRÁRIA	
Dimitri Andrey Scarinci	
Nilton Abranches Junior	
DOI 10.22533/at.ed.8031925015	
CAPÍTULO 6	67
O EFEITO MIMÉTICO DA LITERATURA: DISCUSSÕES SOBRE A PERIFERIA NO ROMANCE "CAPÃO PECADO", DE FERRÉZ.	
Gisele dos Santos Nascimento	
João Victor Gonçalves Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.8031925016	
CAPÍTULO 7	76
LITERATURA EM REVISTA A CONTRIBUIÇÃO DA <i>MUITO</i> PARA A DIVULGAÇÃO DA PRODUÇÃO LITERÁRIA BRASILEIRA	
Sílvia Mota Dantas	
DOI 10.22533/at.ed.8031925017	
CAPÍTULO 8	89
O QUE UM JACARÉ E UM AEROPORTO TÊM EM COMUM?	
Gabriela Lopes Vasconcellos de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.8031925018	

CAPÍTULO 9 97

A TECTÔNICA DE PLACAS AO ALCANCE DAS MÃOS: PROPOSTA DE ADAPTAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Larissa Romana de Oliveira Araujo

Dimitri Andrey Scarinci

Marcelle dos Santos Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.8031925019

CAPÍTULO 10 107

PESQUISA SOBRE A PRODUÇÃO DE TEXTOS ESCRITOS DE JOVENS E ADULTOS

Marta Lima de Souza

DOI 10.22533/at.ed.80319250110

CAPÍTULO 11 118

RUÍNAS, QUANDO O ERRO SE TORNA ALGO PRECIOSO: ANALISANDO TEXTOS PRODUZIDOS POR ALUNOS DA EJA

Dany Thomaz Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.80319250111

CAPÍTULO 12 130

MEMÓRIA SOCIAL E RESISTÊNCIA: ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA CONTRA O FECHAMENTO DA ESCOLA ALICE DO AMARAL PEIXOTO

Lucas do Couto Neves

Pablo Peixoto de Jesus Santos

Bruno de Oliveira Corrêa

Francisca Marli Rodrigues de Andrade

DOI 10.22533/at.ed.80319250112

CAPÍTULO 13 138

ESTUDANTES OU PACIENTES? A MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO COMO UMA PRÁTICA DE CONTROLE SOCIAL.

Letícia Nascimento Mello

Cristiane Moreira da Silva

Sylvio Pecoraro Júnior

DOI 10.22533/at.ed.80319250113

CAPÍTULO 14 148

DIVINA PERFORMANCE: O MENINO IMPERADOR DA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO

Viviane Paraguaçu Nunes

DOI 10.22533/at.ed.80319250114

CAPÍTULO 15 160

MEDIUNIDADE PRESENTE NA PREPARAÇÃO DE ALIMENTO E DANÇA AFRO-BRASILEIRA

Tereza de Fatima Mascarin

DOI 10.22533/at.ed.80319250115

CAPÍTULO 16 169

O AERoclUBE DO BRASIL E O MUSEU AERoespacial: PERSONAGENS IMPORTANTES NA CONSOLIDAÇÃO DE UMA CULTURA DE AVIAÇÃO NO BRASIL

Rejane de Souza Fontes

Claudia Musa Fay

DOI 10.22533/at.ed.80319250116

CAPÍTULO 17	185
SOB AS LUZES PALIMPSESTAS: A RECRIAÇÃO DE O VENDEDOR DE PASSADOS PARA O CINEMA	
Josette Maria Alves de Souza Monzani	
Daniela Ramos de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.80319250117	
CAPÍTULO 18	196
AS PRIMEIRAS MULHERES “PIONEIRAS” SE FORMAM NA ESCOLA NAVAL BRASILEIRA: ADEUS MINHA ESCOLA QUERIDA!	
Hercules Guimarães Honorato	
DOI 10.22533/at.ed.80319250118	
CAPÍTULO 19	206
BLITZ NOVEMBRO AZUL: A APROPRIAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA PROMOÇÃO E PREVENÇÃO DE DOENÇAS NO HOMEM, UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Gabriele Cavalcante Pereira	
Edilson dos Santos Souza	
Fernando Mendes de Araújo	
Geiriane Sampaio da Silva	
Evandro Raimundo Madeira Portela	
Danyel Pinheiro Castelo Branco	
DOI 10.22533/at.ed.80319250119	
CAPÍTULO 20	211
A CONJUNTURA DO <i>MUNDO</i> DOS DETENTOS E SUAS VULNERABILIDADES	
Marceli Diana Helfenstein Albeirice da Rocha	
Marlete Scremin	
Patrícia Alves de Mendonça Cavalcante	
Patricia Fernandes Albeirice da Rocha	
Rebeca Saiter Ribeiro	
Sergio Celestino Cavalcante Santos	
Tatianne Comin Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.80319250120	
CAPÍTULO 21	221
ECONOMIA DO CRIME: UMA PERSPECTIVA ECONÔMICA DA TEORIA DE GARY BECKER COM FOCO NO CRIMINOSO RACIONAL	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Daniel Garcia Jaña Riker	
DOI 10.22533/at.ed.80319250121	
CAPÍTULO 22	240
LIMITES ÉTICOS E JURÍDICOS À EXPERIÊNCIA CIENTÍFICA COM SERES HUMANOS	
Camila Maria Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.80319250122	
CAPÍTULO 23	256
“4 MESES, 3 SEMANAS E 2 DIAS”, PARA SER A FAVOR DO DIREITO SUBJETIVO DE ESCOLHA	
Ana Luíza Canolla do Amaral	
Paulo Eduardo de Mattos Stipp	
DOI 10.22533/at.ed.80319250123	
SOBRE O ORGANIZADOR	269

FORMAÇÃO EM GESTÃO CULTURAL NO BRASIL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Gabriel Medeiros Chati

Universidade Federal do Pampa

Jaguarão – Rio Grande do Sul

RESUMO: Neste trabalho buscou-se refletir sobre a questão da formação educacional em gestão cultural e suas demandas no contexto brasileiro. A partir de uma breve reflexão teórica, defendeu-se que a questão é central para a definição e efetivação das políticas de cultura, além de ser uma demanda social, presente tanto nas prioridades estabelecidas nas Conferências Nacionais de Cultura, quanto em outros marcos institucionais, como o Plano Nacional de Cultura. Foi identificada a oferta de formação superior em gestão e produção cultural a partir de seis universidades federais, apresentando algumas das principais características e temas abordados pelos seus respectivos cursos. Traçou-se ainda um perfil dos gestores públicos de cultura no Brasil a partir dos dados da pesquisa Perfil dos Estados e Municípios Brasileiros, suplemento especial de Cultura 2014, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Este perfil foi estabelecido a partir do cruzamento de dados sobre a estrutura dos órgãos públicos municipais, e da formação educacional de seus respectivos dirigentes máximos.

PALAVRAS-CHAVE: gestão cultural, produção

cultural, formação em cultura, política cultural, políticas públicas.

ABSTRACT: Through this work a reflection about the educational background in cultural management and its demands within the Brazilian context was pursued. Starting from a brief theoretical reflection, it was argued that the issue is central to the definition and implementation of cultural policies, besides being a social demand, found both in the priorities established during the National Conferencies on Culture and other institutional frameworks, such as the National Plan on Culture. The offer of superior education in cultural management and cultural production was identified on six federal universities, and were presented some of the main characteristics and themes addressed by their respective courses. It was also drawn a profile of the educational background of the public cultural managers in Brazil using data found on the survey Profile of Brazilian States and Municipalities, special supplement on Culture (2014), published by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). This profile was established through the cross-referencing of data on the structure of municipal public agencies, and the educational background of their respective leaders.

KEYWORDS: cultural management, cultural production, educational background, cultural

policy, public policies.

1 | INTRODUÇÃO

O tema da formação educacional e capacitação na área cultural é recorrente devido a sua importância para o desenvolvimento do campo, gerenciamento das instituições e efetiva implementação das políticas do setor. Muitos autores o abordaram anteriormente com perspectivas semelhantes, enfatizando a crescente necessidade de preparação de sujeitos críticos para lidar com a diversidade de atividades e agentes que envolvem a gestão cultural (MARTINELL, 2000, 2007; CUNHA, 2005, 2011; RUBIM, 2008; CALABRE, 2008). Entre os elementos que aproximam tais análises parece estar a relação inexpugnável entre cultura e política, numa compreensão de que a formação do gestor ou produtor cultural além ter de prover condições para o desenvolvimento das competências técnicas inerentes à organização da cadeia produtiva, deve “estabelecer um compromisso com a realidade de seu contexto sociocultural, político e econômico” (CUNHA, 2011, p. 96).

Ao longo deste trabalho não será feita distinção entre produtor cultural e gestor cultural compreendendo que há mais convergência entre essas funções ou perfis profissionais do que distinções. Em linhas gerais, reconhece-se que o gestor deve lidar com o âmbito político do campo cultural de maneira mais recorrente do que o produtor; este último muitas vezes trabalha focado na execução das ações e não em seu planejamento, tarefa precípua do gestor.

Já as competências de caráter técnico ligadas à organização da cadeia produtiva são aquelas relacionadas aos bastidores da produção artística e cultural, desde a divulgação à cenografia, sonorização, figurino, entre outras, das quais os gestores e produtores devem ter conhecimentos gerais. Assim, essa formação deve se estruturar enquanto “um processo formativo para esses profissionais, seja no ambiente não formal, seja na academia”, uma verdadeira política educacional que forme sujeitos comprometidos “com a consolidação de uma política cultural democrática e voltada para a transformação social” (CUNHA, 2011, p. 96).

Antonio Albino Canelas Rubim, exemplo de pensador que envereda com frequência na temática da formação, entende que o tema da gestão cultural “apresenta-se hoje como revestido de fundamental importância para o desenvolvimento da cultura no Brasil e no mundo e de políticas culturais efetivamente contemporâneas e imaginativas” (2008, p. 47). Rubim compreende que enquanto processo sócio-histórico a *modernidade* promove uma

autonomização (relativa, é claro) do campo cultural em relação a outras esferas societárias, notadamente a religião e a política. Tal processo [...] implica a constituição da cultura como campo social singular, que articula e inaugura instituições, profissões, linguagens, símbolos (RUBIM, 2008, p. 46).

Assim, neste contexto de mudança, considerando os gestores culturais como

“profissionais dedicados à organização da cultura” (RUBIM, 2008, p. 46), Rubim vai destacar a importância dessa atuação como parte da legitimação do próprio Estado Moderno. É preciso formar sujeitos capazes de construir, propor, executar e avaliar políticas culturais “por meio de expedientes democráticos [...] em lugar de mera coerção, típica de situações autoritárias” (RUBIM, 2008, p. 46). O autor compreende que este campo “exige crescentemente que sejam formados indivíduos para as novas profissões associadas às instituições que funda”, assim, é preciso preparar hábeis mediadores para atuação no complexo campo cultural, sejam estes ligados às instituições culturais (públicas ou privadas), ou ligados a grupos de artistas e organizações comunitárias, associações e demais frentes de trabalho da área cultural.

Pensar e planejar o campo da produção, circulação e consumo da cultura dentro de uma racionalidade administrativa é uma prática que pertence aos tempos contemporâneos. A gestão cultural é um campo novo, com fronteiras fluidas, no qual o perfil profissional se encontra em pleno processo de construção (CALABRE, 2008, p. 66).

Como destaca Calabre, há uma emergência de demandas que nascem desse processo de mudança, assim, este trabalho parte do pressuposto que a formação em gestão cultural é questão *sine qua non* para a implementação de qualquer política cultural, posto que os gestores cumprem papel fundamental na articulação dos agentes e instituições culturais.

Por ser atualmente docente de um curso superior que busca formar justamente futuros gestores culturais, senti-me provocado a pensar mais atentamente qual o cenário e as necessidades da formação em gestão cultural no Brasil, sempre na sua relação com as políticas culturais e a partir do contexto das gestões públicas municipais. Também a minha própria formação em produção cultural, impele-me a pensar este cenário. Cabe considerar que as possibilidades de formação na área no país, é algo relativamente recente e limitado, uma vez que atualmente são quatro os cursos superiores na área ofertados em instituições públicas federais, sendo o mais antigo deles aquele no qual me formei, o Bacharelado em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense que no ano de 2015 completou duas décadas. Começo assim essa investigação sem saber quais seriam todas as demandas de formação na área, mas algo parece-me certo *a priori*: dar conta destas necessidades passa, indubitavelmente, por capacitar indivíduos para nela atuar.

2 | UMA DEMANDA SOCIAL REAL

Desde o primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, uma série de mudanças na política pública de cultura em âmbito nacional ocorreram. Durante todo o primeiro mandato até a metade do segundo, o Ministério da Cultura (MinC) foi chefiado pelo músico, compositor e ativista cultural Gilberto Gil (2003 a 2008). O ministro-artista conduziu a pasta a partir de uma premissa que colocava a

cultura numa dimensão antropológica que, entre outras questões, extrapola a noção de cultura delimitada ao campo das belas artes. Também outra premissa se instalava naquele momento para a efetiva construção da política de cultura: a participação social. Filiada a premissas democráticas, a gestão organizou a primeira Conferência Nacional de Cultura (CNC) no ano de 2005. As conferências acontecem de quatro em quatro anos e, na perspectiva do Sistema Nacional de Cultura (SNC), cumprem a função de reunir a maior diversidade de agentes culturais que, a partir do debate que se inicia ao nível local (através das conferências municipais), apontam suas demandas, anseios e sugestões para o aprimoramento da gestão cultural do país. Os dados apresentados neste trabalho se focaram somente no resultado da Plenária Final da 3ª CNC, pois, por uma questão metodológica, a última conferência deve considerar as demandas aprovadas nas edições anteriores, atualizando-as conforme o avanço ou estagnação da situação. Assim, a partir dos resultados destas conferências, considerando que estas reúnem boa parte das necessidades elencadas pelos agentes culturais, fui buscar subsídios que auxiliassem na identificação da percepção sobre a formação em gestão cultural a partir de um documento que é resultado de ampla consulta de caráter público e com participação popular.

As conferências, novamente por questões metodológicas, colocam à Plenária Final a tarefa de definir prioridades frente ao número muito expressivo de propostas a serem avaliadas. Nesse sentido, algumas propostas que chegam até ela (a plenária) podem não constar no documento final. Portanto, apesar de compor os anais dos encontros, há propostas que não são qualificadas enquanto prioritárias. Isso não acontece com as propostas relacionadas à formação em gestão cultural como atesta a 4ª proposta (1.14), na qual se defende a necessidade de “Criar, desenvolver, fortalecer e ampliar as estratégias para a formação e capacitação em *gestão cultural* de forma permanente e continuada, envolvendo gestores e servidores públicos [...] e privados, [...] dos diversos segmentos” (III CNC, 2013, *grifo meu*). O teor desta proposta (assim como de outras em número significativo) aponta claramente para a demanda em formar e capacitar os agentes culturais para a gestão cultural sejam estes servidores públicos ou agentes privados.

Para perceber a questão da demanda por formação para além das conferências, busquei outra referência importante, o Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído pela Lei nº 12.343/2010. Entre seus objetivos constam “qualificar a gestão na área cultural nos setores público e privado” (XI) e “profissionalizar e especializar os agentes e gestores culturais” (XII). Tais objetivos fortalecem o compromisso institucional na capacitação de pessoas para atuarem na área da produção e da política cultural. Dentre as metas do PNC que dialogam com o temário da formação e capacitação, destaca-se a de nº 18: “Aumento em 100% no total de pessoas qualificadas anualmente em cursos, oficinas, fóruns e seminários com *conteúdo de gestão cultural*, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura” (2011, p.12, *grifo meu*).

Assim, diante do que apontam esses documentos importantes da política de

cultura em âmbito nacional, considero que estamos diante de uma meta-necessidade: a principal necessidade da gestão cultural no Brasil é justamente a de formar gestores para exercê-la.

3 | PANORAMA DA OFERTA DE FORMAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

A oferta de cursos superiores que se relacionam com a formação em gestão cultural no país é limitada. Considerando somente a rede pública, foi possível identificar seis instituições federais de ensino, entre universidades e institutos de tecnologia, que ofertam cursos na área da produção cultural conforme Tabela 1, abaixo. Entre elas, duas se destacam pelo pioneirismo, a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Os primeiros cursos implementados na área no Brasil datam de 1995-96 ofertados por estas universidades. Há uma distinção entre os dois cursos; o primeiro, com uma maior ênfase em artes, é lotado no Instituto de Artes e Comunicação Social, sendo vinculado ao Departamento de Artes. O segundo se apresenta enquanto uma formação em comunicação social que, vinculado a Faculdade de Comunicação, oferta a habilitação em Produção em Comunicação e Cultura.

Tabela 1 – Cursos Superiores ativos na área da Produção e Gestão Cultural						
Curso	Instituição – Câmpus	Habilitação	Duração (anos)	Temas abordados	Código E- MEC	C C
<u>Produção Cultural</u>	UFF Niterói/RJ	Bacharel em Produção Cultural	4	Teorias da arte e da cultura; Produção, Política, Gestão e Patrimônio Cultural	18609	4
<u>Produção Cultural</u>	UFF Rio das Ostras/RJ	Bacharel em Produção Cultural	4	Teorias da arte e da cultura; Produção, Política, Gestão e Patrimônio Cultural	82868	3
<u>Comunicação Social</u>	UFBA Salvador/B A	Bacharel em Comunicação Social – habilitação em Comunicação e Cultura	3,5	Teorias da comunicação; Política e Produção Cultural	35919	-
<u>Comunicação Social</u>	UNIPAMPA São Borja/RS	Bacharel em Comunicação Social – habilitação em Relações Públicas ênfase em Produção Cultural	4	Teorias da comunicação; Produção Cultural	1103696	4
<u>Produção e Política Cultural</u>	UNIPAMPA Ja- guarão/RS	Bacharel em Produção e Política Cultural	4	Teorias da arte e da cultura; Produção, Política, Gestão e Patrimônio Cultural	5000920	4

Tabela 1 – Cursos Superiores ativos na área da Produção e Gestão Cultural						
Curso	Instituição – Câmpus	Habilitação	Duração (anos)	Temas abordados	Código E- MEC	C C
<u>Produção Cultural</u>	IFRJ Nilópolis/RJ	Bacharel em Produção Cultural	4	Teorias da arte e da cultura; Produção, Política e Patrimônio Cultural	1178845	4
<u>Produção Cultural</u>	IFRN Natal/RN	Tecnólogo em Produção Cultural	3	Teorias da arte e da cultura; Produção, Política e Patrimônio Cultural	123308	5
<u>Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas</u>	UFRB Santo Amaro	Bacharel em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas	3	Teorias da arte e da cultura; Produção, Política e Gestão Cultural	1272131	4

Tabela 1 – Relação de cursos em Produção Cultural. Legenda – CC: Conceito do Curso. Dados compilados pelo pesquisador a partir do E-MEC.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), câmpus Nilópolis, iniciou a oferta da formação de Tecnólogo em Produção Cultural (2003-2005), passando a Curso superior de Tecnologia em Produção Cultural (2006, em extinção voluntária) e hoje conta também com um bacharelado (desde 2012). O IFRN no ano de 2012 estruturou o Curso Superior de Tecnologia em Produção Cultural, hoje curso regular do câmpus Natal Cidade Alta, como atesta a Tabela 1, é o curso melhor avaliado pelo Ministério da Educação. A escala de avaliação vai de 1 a 5, sendo 3 o conceito mínimo para a manutenção da oferta regular.

Em 2012 foi aberta a primeira turma do Bacharelado em Produção e Política Cultural na Universidade Federal do Pampa, câmpus Jaguarão, no sul do estado do Rio Grande do Sul. Além do destaque para a relação entre política e cultura, o referido curso se distingue dos demais por estar localizado em um município distante de uma capital (350 km de Porto Alegre) e em região de fronteira (na divisa com o Uruguai, cidade de Rio Branco). A primeira turma de formandos, composta por 23 discentes de diferentes regiões do país, defendeu seus trabalhos de conclusão em dezembro de 2015. Ainda na Unipampa, mas no câmpus São Borja – também região de fronteira, mas com a Argentina – encontra-se o curso de Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas e ênfase em Produção Cultural, bacharelado ofertado desde 2011.

Além destes cursos, mais recentemente a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, câmpus Santo Amaro, inaugurou o Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas que aborda temas da produção e gestão culturais.

Pode-se dizer que o contexto de oferta de formação superior na área da produção cultural é de expansão apesar da localização destes estar concentrada em regiões

metropolitanas (Rio de Janeiro, Salvador e Natal). A presença já significativa de cursos no interior (Rio Grande do Sul e Bahia), por outro lado, aponta para uma tendência de descentralização importante.

Deste levantamento e análise parcial dos cursos, inclusive dos seus projetos político-pedagógicos, atesta-se que o caráter inter e multidisciplinar está presente em cada um. Os temas enfatizados nas formações e até mesmo as habilitações, apesar de distintas em alguns casos, são complementares e contribuem cada um à sua maneira, para a melhor desenvoltura do gestor cultural. Creio que a promoção de um intercâmbio entre os discentes dos diferentes cursos, na modalidade de mobilidade acadêmica, poderia enriquecer a sua formação, preparando-os melhor para a atividade profissional, proporcionando, inclusive, o conhecimento de realidades distintas regionais e locais.

O fato de nenhum dos cursos de graduação identificados neste trabalho ser na modalidade semipresencial ou à distância, aponta para a prevalência da modalidade presencial, em período integral. Considerando que o alcance dessa modalidade é relativamente limitado, é possível repensar essa escolha da gestão dos cursos e instituições de ensino envolvidas na tentativa de implementar uma formação superior que facilite o acesso às pessoas que não tem condições de atender aos cursos presenciais. Tal perspectiva parece-me estratégica para ampliar a oferta e alcance dos cursos, mas é desafiadora na medida em que a prática é elemento essencial para a formação dos produtores-gestores e o arcabouço teórico mínimo ou básico, ainda não foi definido, bastando dizer que a área não dispõe de Diretrizes Curriculares. Assim, garantir que a perspectiva prática e aplicação da teoria seja garantida e chegar a um consenso sobre que temas e áreas do conhecimento são basilares na formação do gestor, são tarefas por fazer.

4 | O PERFIL DOS GESTORES PÚBLICOS NO BRASIL

Em novembro do ano de 2015 foi publicada pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o Perfil dos Estados e Municípios Brasileiros, com um suplemento específico de cultura. Tendo como ano base 2014, a pesquisa atualizou o panorama da área cultural em especial no que se refere à gestão pública. Desta pesquisa pode-se obter dados específicos acerca do perfil dos gestores públicos dos 5.570 município do país, informações sobre a estrutura dos órgãos gestores estaduais e municipais, nível de institucionalização da política nacional de cultura (em especial aquilo que prevê o Sistema Nacional de Cultura, instituído pela Emenda à Constituição nº 71/2012), entre outras questões.

Para este trabalho, dediquei-me a analisar os dados relativos à formação dos gestores, sua escolaridade e área de conhecimento. Os dados brutos, disponibilizados pelo IBGE através de planilhas eletrônicas, foram manipulados a fim de se obter condições de traçar um perfil destes gestores, numa perspectiva de análise qualitativa. Foram considerados menos relevantes os dados de gestores sem

formação superior, e, sobre os que a tem, não foi feita distinção entre os níveis, assim, graduação e pós-graduação são tratadas simplesmente enquanto “formação superior”. A pesquisa do IBGE traz dados referentes às características dos órgãos gestores de cultura nos níveis municipal e estadual. Atribui-se ao órgão gestor a “responsabilidade [...] de formular e implementar uma política a partir da realidade das Unidades da Federação e dos municípios, não apenas em termos de sua vida cultural, mas também levando em consideração a sua realidade socioeconômica” (IBGE, MUNIC 2014, p. 26). Além do papel do órgão gestor, o IBGE reconhece a necessidade da institucionalização destes quando afirma que

A existência de instrumentos de gestão, instâncias de participação e de mecanismos de financiamento é fundamental para dinamizar a política e a economia da cultura, bem como potencializar e alavancar o desenvolvimento das atividades artístico-culturais (IBGE, MUNIC 2014, p. 26).

No trabalho, abordo somente os dados referentes aos municípios, cruzando aqueles sobre a conformação dos órgãos com os da formação dos gestores. Infelizmente a Munic 2014 não levantou dados sobre as áreas de formação das equipes destes órgãos, concentrando-se apenas nos gestores máximos (secretários, presidentes, diretores, etc., conforme o caso). Assim, foi a partir dessas informações que procurei neste trabalho identificar as áreas de formação dos gestores públicos municipais, na pretensão de verificar quantos têm formação na área cultural e, mais especificamente em gestão, produção, patrimônio e/ou política cultural.

A pesquisa do IBGE estabeleceu a classificação dos órgãos quanto a *secretaria exclusiva, secretaria em conjunto a outras políticas, órgão da administração indireta (fundações, por exemplo), setor subordinado a outra secretaria e setor subordinado à chefia do executivo*. Os dados aqui compilados seguiu a classificação do IBGE, salvo na categoria *setor subordinado*, onde não se fez distinção quanto ao órgão gestor ser um setor subordinado a uma secretaria ou ao executivo, sendo considerado simplesmente como *subordinado*.

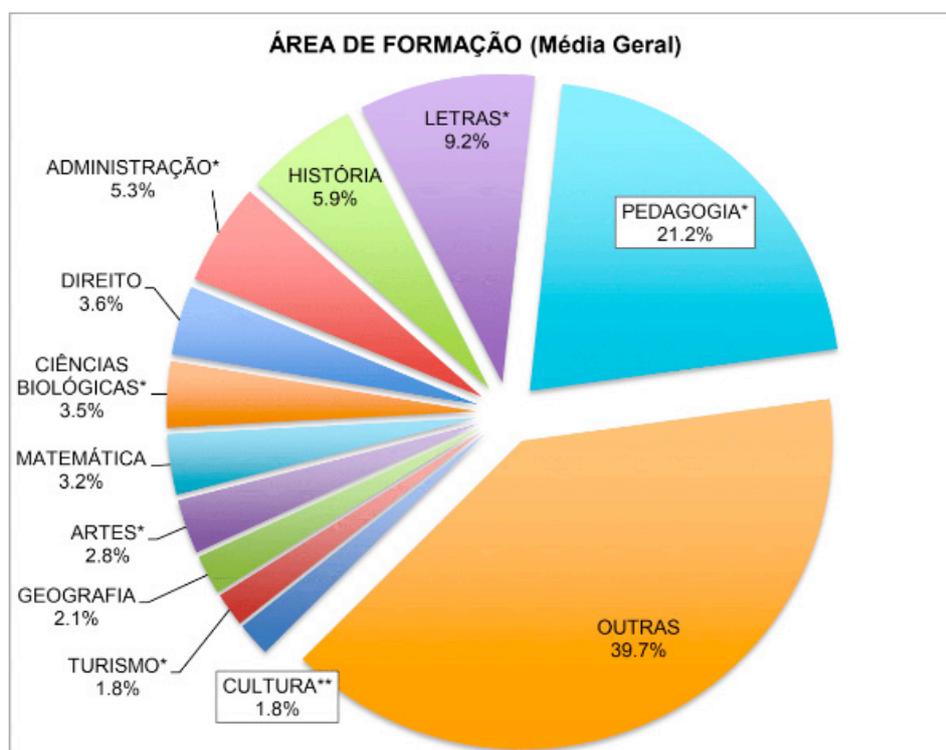


Gráfico 1 – Área de formação dos gestores públicos municipais, sem distinção quanto à natureza do órgão. Fonte: dados compilados pelo pesquisador com base nos dados brutos da Munic 2014, IBGE.

* Foram consideradas as variáveis da formação superior, em nível de graduação ou pós-graduação; por exemplo, psicopedagogos foram contabilizados enquanto formados em Pedagogia, especialistas em história afro-brasileira foram contabilizados na categoria História, e assim por diante.

** A presença do termo cultura, foi usado como critério para a identificação de um sujeito formado na categoria Cultura, independentemente do nível de formação, desde que superior.

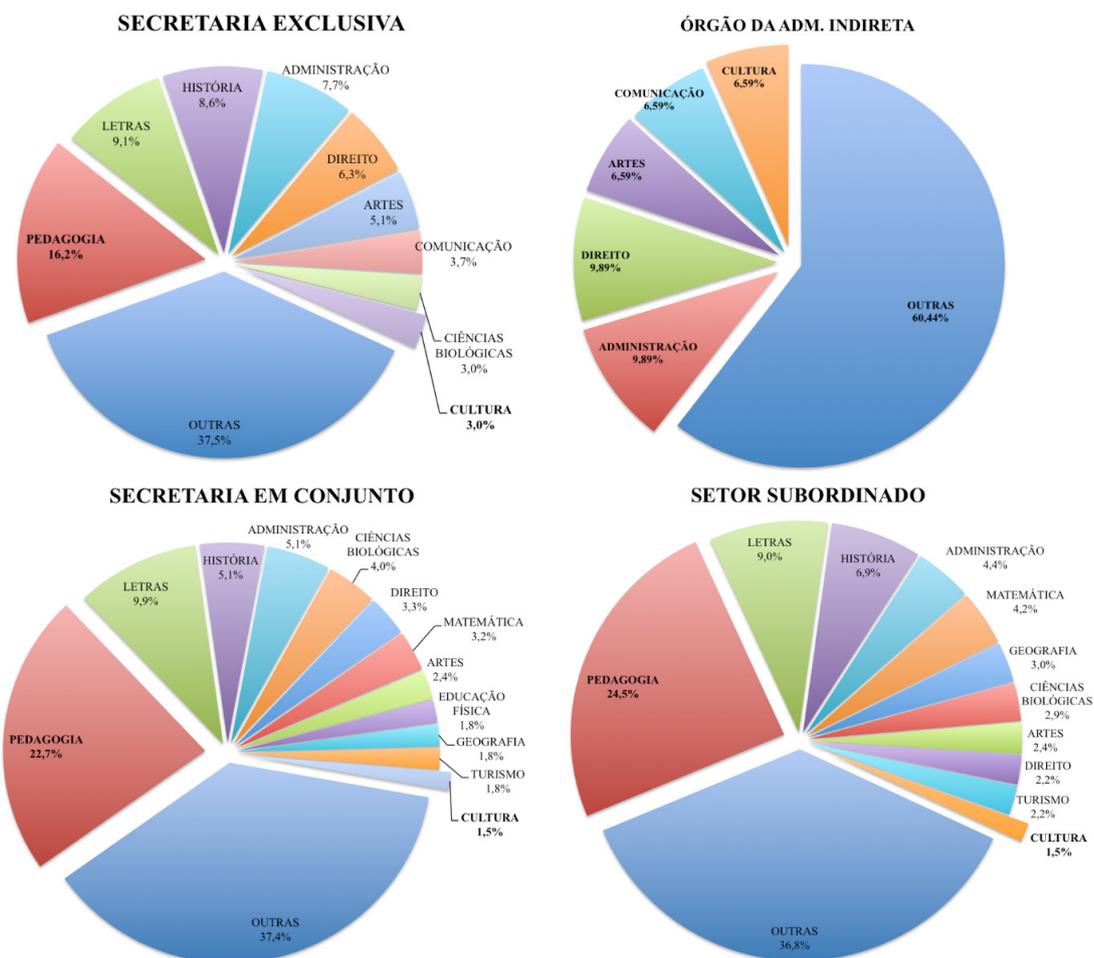
O Gráfico 1 evidencia que a diversidade de áreas de formação dos gestores públicos na área cultural no Brasil é expressiva. O universo estudado aponta que dos 5.570 municípios brasileiros, 5.260 têm órgão ou setor que responde pela gestão da política cultural e 310 (5,6%) não dispõem de aparelho em âmbito municipal para tal; 9 (0,16%) não responderam. Dentre os gestores que comandam a pasta cultura, 1.493 (26,8%) não têm formação superior e 3.758 (67,5%) a têm, seja em nível de graduação ou pós-graduação. Das informações presentes no Gráfico 1, destacam-se as formações em Pedagogia e Letras, com mais de 30% do total se somadas. Também a presença de áreas das ciências naturais, exatas e sociais aplicadas (Administração, Direito, Ciências Biológicas e Matemática), a princípio menos afeitas à área cultural, chamam a atenção (somadas representam mais de 15% do total). Como esses dados não levaram em conta a natureza do órgão (se exclusivo, conjunto, etc.), há situações em que o gestor responde pela área da cultura concomitantemente à outras, como educação, turismo, esporte, etc. Esse fato explica, mesmo que parcialmente, o elevado número de profissionais ligados à área da educação.

Em comparação aos dados levantados em 2006, primeira vez que a Pesquisa

com o Perfil dos Municípios Brasileiros trouxe o suplemento específico de cultura, “os municípios com secretarias exclusivas passaram de 4,3% (236), em 2006, para 20,4% (1.073), em 2014. Os órgãos com secretarias em conjunto com outras políticas passaram de 73,8% (4.007), para 57,3% (3.014), no mesmo período” (IBGE, MUNIC 2014, p. 28). Estes dados apontam, por um lado, para uma especialização ou atenção maior para a pasta e de outro, uma perda de espaço, já que de 2006 para cá “houve um declínio no percentual de municípios brasileiros que responderam possuir alguma estrutura em 2014, passando de 97,5% (5.426) para 94,5% (5.260)” (IBGE, MUNIC 2014, p. 28). A seguir apresento um gráfico com o panorama geral das áreas de formação, independentemente da estrutura do órgão gestor.

O IBGE não faz uma análise aprofundada das áreas de formação dos gestores, mas compreende que “o nível de escolarização dos gestores e dos funcionários públicos estaduais e municipais no Brasil vem melhorando ao longo do tempo, o mesmo também ocorre em relação aos lotados no setor cultural” (2014, p. 36). Reconhece também que essa questão é importante para a qualificação da gestão cultural, pois “produz impactos positivos no planejamento e nos resultados da ação de governo” (2014, p. 36).

A seguir veremos dados que, além da área de formação superior, consideraram a natureza ou estrutura do órgão, situação na qual esse panorama se altera, conforme o caso. A sequência de apresentação dos gráficos vai de acordo à natureza ou estrutura do órgão gestor municipal iniciando daquela que seria a mais recomendada até a menos especializada: *Secretaria Exclusiva* (Gráfico 2), seguida de *Órgão da Administração Indireta* (Gráfico 3), *Secretaria em Conjunto à outras políticas* (Gráfico 4), e *Setor Subordinado* (Gráfico 5).



Gráficos 2 a 5 (da esquerda para direita, de cima para baixo) – Área de formação dos gestores públicos municipais, por natureza do órgão. Fonte: dados brutos da Munic 2014, IBGE, compilados pelo pesquisador.

Conforme apontam os dados, temos diferentes conjunturas de acordo com a estrutura do órgão gestor. A maior proporção de gestores com formação na área da Cultura se encontra nos Órgãos da Administração Indireta, que, ao lado das áreas de Arte e Comunicação, tem 6,59%. Essas três áreas estão atrás apenas de Administração e Direito (ambos com 9,89%). Na outra ponta, com a menor proporção, temos os Setores Subordinados e as Secretarias em Conjunto, nas quais apenas 1,5% do gestores têm formação específica. Nas Secretarias Exclusivas, em comparação às Conjuntas e Subordinados, o percentual de 3 pontos chama a atenção, apontando que, assim como nos Órgãos da Administração Indireta, é maior a especialização dos trabalhadores neste tipo de órgão.

Os dados percentuais são importantes para termos uma leitura sobre qual tipo de estrutura tem absorvido mais trabalhadores especializados, mas isoladamente podem desvirtuar a análise. Nesse sentido, é importante avaliar também os números absolutos envolvidos: quantidade de órgãos, pessoal empregado em cada um deles, entre outros. Infelizmente o número de municípios com Órgãos da Administração Indireta é ínfimo (119), proporção de 2,3% do total, e o de Secretarias Exclusivas (1073, ou 20,4%), ainda aquém da necessidade se considerarmos que órgãos específicos para tratar a

política cultural é o quadro mais desejável.

A seguir, na Tabela 2, em complementação aos dados apresentados nos Gráficos 1 a 5, pode-se averiguar os números absolutos do pessoal empregado por tipo de estrutura e área de formação, bem como sua proporção interna ao tipo de órgão e média geral.

ESTRUTURA ÓRG./ ÁREA DE FORMAÇÃO	SEC. EXCLUSIVA		ÓRG. ADM. INDIRETA		SEC. EM CONJUNTO		SETOR SUBORDINADO		MÉD. GERAL	POS- ÇÃO
ADMINISTRAÇÃO	44	6,77%	9	9,89%	115	5,09%	33	4,37%	5,3%	4°
ARTES	29	4,46%	6	6,59%	54	2,39%	18	2,38%	2,8%	8°
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	17	2,62%	0	0,00%	91	4,02%	22	2,91%	3,5%	6°
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	5	0,77%	0	0,00%	7	0,31%	5	0,66%	0,5%	18°
CIÊNCIAS SOCIAIS	3	0,46%	0	0,00%	7	0,31%	2	0,26%	0,3%	20°
COMUNICAÇÃO	21	3,23%	6	6,59%	27	1,19%	8	1,06%		12°
DIREITO	36	5,54%	9	9,89%	74	3,27%	17	2,25%	3,6%	5°
ECONOMIA	5	0,77%	1	1,10%	12	0,53%	1	0,13%	0,5%	16°
EDUCAÇÃO FÍSICA	9	1,38%	1	1,10%	41	1,81%	5	0,66%	1,5%	13°
ENGENHARIAS	1	0,15%	1	1,10%	18	0,80%	3	0,40%	0,6%	15°
FILOSOFIA	4	0,62%	0	0,00%	6	0,27%	7	0,93%	0,5%	19°
GEOGRAFIA	12	1,85%	2	2,20%	41	1,81%	23	3,04%	2,1%	9°
HISTÓRIA	49	7,54%	5	5,49%	116	5,13%	52	6,88%	5,9%	3°
LETRAS	52	8,00%	2	2,20%	223	9,86%	68	8,99%	9,2%	2°
MATEMÁTICA	14	2,15%	0	0,00%	73	3,23%	32	4,23%	3,2%	7°
PEDAGOGIA	93	14,31%	3	3,30%	514	22,73%	185	24,47%	21,2%	1°
SERVIÇO SOCIAL	8	1,23%	0	0,00%	11	0,49%	10	1,32%	0,8%	14°
TEOLOGIA	7	1,08%	0	0,00%	9	0,40%	2	0,26%	0,5%	17°
TURISMO	9	1,38%	1	1,10%	40	1,77%	17	2,25%	1,8%	10°
CULTURA	17	2,62%	6	6,59%	33	1,46%	11	1,46%	1,8%	11°
OUTRAS	215	33,08%	39	42,86%	749	33,13%	235	31,08%	32,9%	N/A
	650		91		2261		756			

5 | DIFERENTES BRASIS: DESAFIOS À FORMAÇÃO DE GESTORES CULTURAIS NO PAÍS CONTINENTAL

Dados acerca da população brasileira obtidos pelo portal do IBGE com base no Censo brasileiro de 2010, indicam que dos 5.570 municípios brasileiros, 80,65% têm menos de 30 mil habitantes. Apenas 11% dos municípios tem 50 mil ou mais habitantes e, se elevamos o recorte para 100 mil e 200 mil ou mais, esse percentual cai para 5,19% e 2,5% respectivamente. Em termos de representação do conjunto da população de pouco mais de 190 milhões de pessoas, o somatório das populações dos municípios na faixa de até 30 mil habitantes, corresponde a 24,46% (ou 46,6 milhões de pessoas).

O somatório da população dos municípios de até 50 mil corresponde a 33,55% do total ou 64 milhões, seguido de 45,25% (até 100 mil) e 55,78% (até 200 mil). Na outra ponta da questão temos uma concentração populacional nítida se considerarmos que os 15 municípios (0,27%) mais populosos, com 1 milhão de habitantes ou mais, somados tem 21% da população total (cerca de 40 milhões de habitantes).

Analisando os dados aqui reunidos, percebemos que os menores municípios em termos populacionais, aqueles de até 30 mil habitantes, representam cerca de um quarto da população total e os de até 50 mil, pouco mais de um terço do total, um contingente significativo. Uma política de formação de gestores deve assim priorizar esses municípios, o que acaba se mostrando um desafio já que estamos falando em 4.492 (até 30 mil) e 4.954 (até 50 mil) localidades diferentes, respectivamente. Diante deste quadro, é imprescindível a utilização de tecnologias de informação e comunicação para aumentar o alcance e efetividade das ações de formação. Cursos semipresenciais, com conteúdos e processos disponibilizados parcialmente em meio digital, parecem uma alternativa. Não encontrei dados objetivos acerca do número de gestores culturais atuando hoje no país, mas é importante que tenhamos um contingente proporcional a, no mínimo, um por município. Isso significa que, de partida, teríamos de ter 5.570 profissionais capacitados e distribuídos por todo o Brasil, sendo obviamente necessário um número maior de gestores nas cidades com maior número de habitantes. Essas questões devem ser aprofundadas a fim de que se estabeleça, por exemplo, um parâmetro mínimo de gestor por habitante como já se tem em outras áreas das políticas sociais.

É claro que isoladamente a questão da dispersão ou adensamento populacional não diz muito a respeito das necessidades da formação em gestão cultural no Brasil. No entanto, devemos considerar a dimensão territorial e a distribuição da população se quisermos ter um contingente de gestores, devidamente capacitados, para que a cultura se consolide enquanto um campo de atuação profissional, gerador de riqueza, renda e promotor de cidadania.

6 | CONSIDERAÇÕES: PRÓXIMOS PASSOS

Pelos dados aqui reunidos em espécie de aproximação inicial sobre a questão da formação em gestão cultural no Brasil, entende-se que são inúmeros os desafios em direção à construção de uma resposta adequada a essa demanda. Entre as quais, nessas considerações, destaco a oferta ainda pouco significativa de cursos superiores nas áreas correlatas. Uma estimativa da oferta baseada no número de vagas dos cursos identificados, aponta para pouco mais de 350 vagas anuais. Este número, isoladamente, não corresponde ao número de formandos dos cursos, posto que há evasão por diferentes motivos e os dados sobre egressos são de difícil identificação. Nesse sentido, é preciso estipular métodos e desenvolver pesquisas

que acompanhem essa questão da formação e gerem indicadores que subsidiem o planejamento da qualificação profissional na área da gestão cultural. Há de se pensar inclusive na descentralização da oferta de formação com polos regionais localizados em municípios do interior e desenvolver cursos em modalidades semipresenciais.

Ainda acerca da formação superior, não obstante a necessidade de se estabelecerem as Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como a regulamentação da atividade profissional do gestor cultural, se considerarmos toda a legislação atinente à área da produção, gestão e política cultural hoje em vigor, há balizas suficientes para sua consolidação.

Também o reconhecimento social, legal e institucional do ofício de gestor cultural é importante. Hoje tramita na Câmara Federal projeto de lei, de nº 5575/2013, que visa regulamentar a profissão do Produtor Cultural, Esportivo e de Ações Sociais, mais um indício do grau crescente de institucionalização do campo da gestão e produção cultural no Brasil.

Finalizo assim minha reflexão acerca das necessidades da gestão cultural no Brasil na qual enfatizei a questão da formação e qualificação da força de trabalho na área, suas limitações e desafios. Também foquei meu levantamento a partir do panorama levantado pela MUNIC 2014, e na oferta de cursos em nível de graduação na rede pública federal, defendendo que alguns desafios ainda se apresentam frente à necessidade de consolidação da formação, entre eles o fortalecimento e reconhecimento pelo Estado dos próprios cursos que oferta e a regulamentação da profissão do produtor cultural.

REFERÊNCIAS

CALABRE, Lia. **Profissionalização no campo da gestão pública da cultura nos municípios brasileiros**: um quadro contemporâneo. Revista Observatório Itaú Cultural OIC - n. 6, (jul./set. 2008), p. 66-73, São Paulo, SP : Itaú Cultural, 2008.

CUNHA, Maria Helena. **Gestão Cultural**: Profissão em formação. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2005. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC-856N9M/1000000598.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 25 set. 2018, 15:11:02.

_____. **Formação do profissional de cultura**: desafios e perspectivas. Políticas Culturais em Revista, 1 (4), p. 95-105, Salvador, BA: UFBA, 2011.

IBGE. **Portal do IBGE, Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 25 set. 2018, 15:12:15.

_____. **Perfil dos Estados e Municípios do Brasil 2014 – suplemento Cultura**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95013.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2018, 15:13:18.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Resultado da Plenária Final da 3ª Conferência Nacional de Cultura**. Brasil, 2013. Disponível em: <http://cncvirtual.culturadigital.br/wp-content/uploads/sites/6/2013/12/Propostas_Aprovadas_III-CNC.pdf>. Acesso em: 25 set. 2018, 15:15:12.

_____. **Plano Nacional de Cultura**. Brasil, 2010. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>

ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm>. Acesso em: 25 set. 2018, 15:16:12.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Formação em organização da cultura no Brasil. **Revista Observatório Itaú Cultural OIC**, São Paulo, n. 6, p. 47-55, jul./set. 2008.

MARTINELL, Alfons. **La Gestión Cultural**: Singularidad profesional y perspectivas de futuro. Girona/Espanha: Unesco, 2000.

_____. **Políticas culturales y gestión cultural**: Organum sobre los conceptos clave de la práctica profesional. Girona/Espanha: Documenta Universitaria, 2007.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-080-3



9 788572 470803